

QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Agravamento Legal no Agravamento de Instrumento nº: 313382-8 / 23ª Vara Cível da Comarca do Recife	
Agravante: BANCO VOLKSWAGEN S/A	
Agravado: CORA ROBERTA CABRAL DE MELLO VALENÇA DOS SANTOS	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	
Relator	
Convocado: Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima	

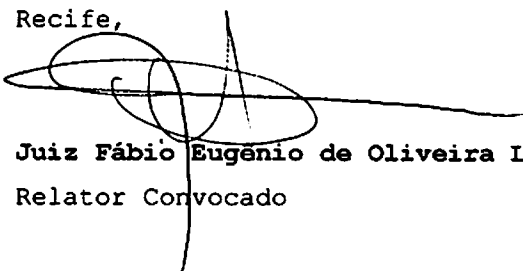
EMENTA: AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUNTADA DE PETIÇÃO POR ADVOGADO SEM PODERES ESPECIAIS PARA RECEBER CITAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 214, §1º, DO CPC. AÇÕES CONEXAS. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. PRECEDENTES DO STJ.

- A vinda aos autos do patrono legalmente constituído pela parte ré, sem poderes para receber citação, não se assemelha ao comparecimento espontâneo a que se refere o art. 214, § 1º, do Código de Processo Civil.
- O critério determinante da competência nas ações derivadas de relações de consumo é de ordem pública, caracterizando-se como regra de competência absoluta.
- Precedentes do STJ.
- Agravo Legal a que se nega provimento, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este Recurso de Agravo Legal, nos autos do Agravo de Instrumento nº 313382-8, que tem como Agravante **BANCO VOLKSWAGEN S/A**, e, como Agravada, **CORA ROBERTA CABRAL DE MELLO VALENÇA DOS SANTOS**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº: 313382-8	23ª Vara Cível da Comarca do Recife
Agravante: BANCO VOLKSWAGEN S/A	
Agravado: CORA ROBERTA CABRAL DE MELLO VALENÇA DOS SANTOS	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	
Relator	
Convocado: Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima	

RELATÓRIO

Na origem, trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada com fundamento no Dec. Lei nº 911/69, à consideração de inadimplemento de contrato de financiamento de bem móvel, com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, em tramitação na 23ª Vara Cível da Comarca do Recife.

Concedida a liminar, e antes de o bem ser apreendido, o patrono constituído pela ré, Sra. Cora Roberta Cabral de Mello Valença dos Santos, formulou requerimento pretendendo o reconhecimento de conexão entre a ação de busca e apreensão e a ação de consignação em pagamento que ajuizou contra a parte autora, tendo por objeto o cumprimento do contrato de financiamento do veículo, com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, em tramitação na Vara Única da Comarca de Brejo da Madre de Deus.

O MM juiz a quo considerou que a vinda aos autos do patrono legalmente constituído pela parte ré supre a citação, conforme orientação normativa do artigo 214, § 1º, do CPC, e, via de consequência, teve como prevento o Juízo da 23ª Vara Cível da Capital, sob o fundamento de que na ação de consignação em pagamento que tramita na Vara Única da Comarca de Brejo da Madre de Deus ainda não houve citação válida.

Irresignada, a Sra. Cora Roberta Cabral de Mello Valença dos Santos, ré na ação de busca e apreensão, interpôs agravo de instrumento, advogando, em primeiro plano, que a vinda aos autos do seu patrono legalmente constituído, quando não tem poderes para receber citação, não se assemelha ao comparecimento espontâneo do réu para fins de

suprir a falta desta, vale dizer, para o fim de incidir a orientação normativa do artigo 214, § 1º, do CPC.

Em segundo plano, pede o reconhecimento da prevenção do Juízo da Vara Única da Comarca de Brejo da Madre de Deus, pelo critério subsidiário, na medida em que a demanda foi proposta em primeiro lugar neste Juízo.

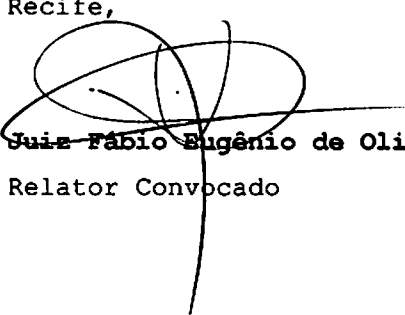
Firme no artigo 557, § 1º - A do Código de Processo Civil, o Exmo Sr Des. Stênio Neiva Coelho proferiu decisão terminativa, dando provimento ao agravo de instrumento para desconsiderar a referida citação, em razão da ausência de poderes especiais dos patronos para recebê-la.

S. Exa. o Des. Stênio Neiva Coelho não se manifestou sobre o pedido de reconhecimento da prevenção do Juízo da Vara Única da Comarca de Brejo da Madre de Deus, pelo critério subsidiário.

Contra essa decisão monocrática, o Banco Volkswagen S/A apresentou agravo legal, advogando que a vinda aos autos do patrono legalmente constituído pela parte ré supre a citação, ainda que a procuração não lhe outorgue poderes para recebê-la.

É o relatório.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº: 313382-8 23ª Vara Cível da
Comarca do Recife

Agravante: BANCO VOLKSWAGEN S/A

Agravado: CORA ROBERTA CABRAL DE MELLO VALENÇA DOS SANTOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

Relator

Convocado: Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

VOTO

A vinda aos autos do patrono legalmente constituído pela parte ré, quando não tem poderes para receber citação, não se assemelha ao comparecimento espontâneo do réu para fins de suprir a falta desta.

Essa é a inteligência do artigo 214, § 1º, do CPC segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, órgão de cúpula do Poder Judiciário que tem como missão institucional uniformizar a interpretação do direito federal. *In verbis*:

Processual Civil. Citação. Comparecimento espontâneo. Pedido de juntada de procuração pelo réu sem poderes especiais. Falência. Recurso especial. Prequestionamento. Matéria probatória.

I - O pedido de juntada de procuração por advogado sem poderes para receber citação não se assimila ao comparecimento espontâneo do réu a que se refere o art. 214, § 1º do CPC. Precedentes.

II - Inviável apreciar, em sede de recurso especial, questão referente a imposição de indenização fundada no art. 20 da Lei de Falências, uma vez que tal sanção decorre da análise de circunstâncias fáticas (sumula 07 - STJ) III - A modificação da decisão que rejeita o pedido de falência por falta de comprovação de título hábil, envolve matéria probatória cujo reexame é vedado pela Súmula 07 dessa Corte.

IV - Recurso especial não conhecido.

(STJ - REsp 133.861/MG, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA
RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/04/2005, DJ
30/05/2005, p. 356).

Portanto, forçoso concluir que a vinda aos autos do patrono legalmente constituído pela parte ré, requerendo o reconhecimento da conexão, não supre a citação e, via de consequência, não há que se falar em citação válida efetivamente realizada nos autos da ação de busca e apreensão.

Neste cenário, em princípio, deveria ser considerada a data da distribuição como critério subsidiário para definição da competência para julgamento das ações, sendo certo que a ação de consignação em pagamento que tramita na Vara Única da Comarca de Brejo da Madre de Deus foi proposta em primeiro lugar.

Acontece que a ré é domiciliada na Rua Xavantes, nº 150, Casa Amarela, Recife, conforme anota o contrato de financiamento (fl. 123), e a localização física da demanda, neste particular, não se situa na esfera da disponibilidade das partes.

Obrigar a ré a deslocar-se para comarca diversa do seu domicílio, além de contrário à sua vontade, significa, em face do custo da defesa e do tempo, aliado à sua fragilidade econômica, empecilho ao exercício do seu direito de defesa.

Constitui agressão direta a princípios de ordem pública: acesso à Justiça e devido processo legal, uma vez que, se não impossibilita a defesa do consumidor, dificulta, à evidência, o contraditório em juízo (art. 6º, I, CDC). Isso de tão ordinário se presume.

Portanto, a observância da regra de competência territorial (âmbito em que a incompetência, normalmente, é relativa) leva, na hipótese específica que se aventa, à incompetência absoluta. Alivia-se o princípio dispositivo para assegurar a boa administração da Justiça, matéria de interesse público.

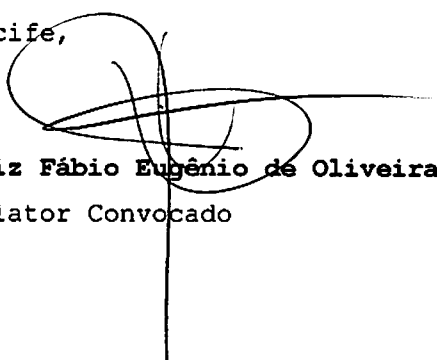
Assim, não se pode negar que o Juízo da 23ª Vara Cível está prevento para processar e conhecer da ação de consignação em pagamento, porquanto a modificação da competência pela conexão apenas será possível nos casos em que a competência for relativa, o que não é a hipótese do foro da Comarca de Brejo de Madre de Deus.

Desse modo, a despeito do afastamento da realização de citação nos autos da busca e apreensão processada perante a 23ª Vara Cível da Capital, é de ser mantida a decisão atacada através do agravo de instrumento, no ponto em que reconhece a sua competência para o processamento das demandas conexas, ainda que por outro fundamento.

Posto isto, voto no sentido de negar provimento ao agravo legal, mantendo incólume a decisão terminativa do Des. Stênio Neiva Coelho, que deu provimento ao agravo de instrumento tão somente para não considerar suprida a citação pela simples vinda aos autos do patrono legalmente constituído pela parte ré, conservando a decisão proferida pela 23ª Vara Cível da Capital, portanto, na parte em que reconhece a competência deste Juízo de primeiro grau para o julgamento da ação de busca e apreensão e da ação de consignação em pagamento.

É como voto.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado